

Danilo Araújo Fernandes¹
David Borges Reis e Silva²
Henrique Pereira Mascarenhas³

Reflexões sobre a formação do pensamento desenvolvimentista na Amazônia: uma análise da trajetória e produção intelectual de Armando Dias Mendes

RESUMO

Este trabalho reconstitui a trajetória intelectual e profissional de um dos expoentes da reflexão sobre as potencialidades do desenvolvimento da região Amazônica, professor Armando Dias Mendes. Inspirado na corrente de pensamento que substanciou a ideologia de superação do atraso brasileiro pela industrialização — o desenvolvimentismo —, Armando Mendes iria formular uma estratégia própria para a região, contrapondo-se a uma imposição “civilizatória” desmedida ao espaço regional. Em outras palavras, ele avaliou a necessidade de (re)significação do papel da região amazônica não como um simples lugar de usos e abusos, mas como digna de receber tratamento especial que considerasse sua heterogeneidade e (re)descoberta de suas potencialidades. Finalmente, Armando Mendes inscreveu na história o papel de protagonista das vozes amazônicas que precisavam ser ouvidas, pela criação do Centro de Excelência do Pensamento Amazônico sobre Desenvolvimento, capaz de dar vazão frutífera às aspirações regionais.

Palavras-chave

Amazônia; Desenvolvimentismo; Questão regional.

ABSTRACT

This article reconstitutes the intellectual and professional life and works of one of the exponents of the idea that there is indeed potential for development in the Amazonian region, Professor Armando Dias Mendes. Inspired by the school of thought that substantiated the ideology of overcoming Brazil's backwardness through industrialization – developmentalism –, Armando Mendes would eventually formulate a strategy of his own for the region, one that was opposed to any excessive imposition of “civilization” on this regional space. In other words, he argued for the need to (re) define the role of the Amazonian region, a role that should not merely involve use and abuse, but rather consider the region as worthy of special treatment, taking into account its heterogeneity and the (re) discovery of its potential. Finally, Armando Mendes wrote his name in the history books for his leading role in raising the voices of Amazonians that needed to be heard, thanks to his creation of the Center of Excellence for Amazonian Thinking on Development, a center with the capacity for successfully bearing fruit in favor of regional aspirations.

Keywords

Amazonia; Developmentalism; Regional Question

1. Possui graduação em economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (2000), mestrado em teoria econômica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2003) e doutorado em desenvolvimento socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (2010). É professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da UFPA, vice-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e professor e pesquisador dos Programas de Pós-graduação em Economia (PPGE) e do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU-Naea).

2. Mestrando no Programa do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE).

3. Mestrando no Programa do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE).

Introdução

Entender o papel e o sentido histórico da atuação profissional e da importância de Armando Dias Mendes para a formação do pensamento sobre o desenvolvimento da Amazônia é uma tarefa que exige uma estratégia metodológica específica, que dê conta de compreender, em última instância, não só as minúcias e filigranas da evolução de sua formação intelectual — como um estudo de tipo privatista —, mas sim de entender o contexto histórico onde o mesmo se insere como agente de transformação e construção social na (e da) Amazônia.

Um estudo de dimensões históricas deve incluir a observação da importância do pensamento e da atuação profissional do Professor Armando Mendes, de maneira a apresentar um exercício de compreensão do significado de sua presença intelectual e política no contexto do debate sobre o desenvolvimento da região Amazônica, principalmente para a formação das instituições e da tradição “desenvolvimentista” imergidas naquela Hileia.⁴ Talvez seja esse o caminho que melhor sintetiza, em um relato mais instrutivo, a vida e a obra de uma das figuras mais influentes dessa causa na segunda metade do século XX.⁵

Relembrar ou rememorar a história de vida e da atuação profissional do professor Armando Mendes é lembrar, em primeiro lugar, portanto, a história da Amazônia e do Brasil no mesmo período. Da Amazônia que ressurge no imaginário brasileiro após o fim da Segunda Guerra Mundial, e sobre a qual se busca — por força da ação governamental e de um novo projeto de país — um processo de “brasilianização civilizadora” e nacionalista (COSTA, 1992).

Para relembrar essa estória com a profundidade e brevidade necessárias neste ensaio, no entanto, se faz imperioso, como preâmbulo, uma breve introdução sobre o seu enredo principal, qual seja: o projeto de integração territorial da região amazônica ao Brasil. Sendo assim, consideramos que para compreendermos a Amazônia da segunda metade do século XX devemos, em primeiro lugar, compreender o sentido histórico modernizador — “alienígena”, como gostava de se referir Armando Mendes — que sobre ela se arvora, e sobre o qual o professor Armando Mendes irá contribuir, refletir, se redimir e, por fim, se contrapor ao defender como alternativa um projeto de (re)invenção da região. Uma visão do processo histórico que irá se difundir enormemente nos meios acadêmicos intelectuais, culturais e político regional amazônico, e que até hoje controla a percepção geral de boa parte da intelectualidade local e do senso comum da região sobre a história da Amazônia do século XX, e de sua relação com o restante do país.

4. Aqui cabe salientar que, em geral, existe uma divergência entre a cronologia tradicional que trata das políticas do Estado brasileiro em sua estratégia desenvolvimentista para a Amazônia, e o que se costuma considerar o período do ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil (ver BIELSCHOWSKY, 1996). No primeiro caso, costuma-se considerar o período desenvolvimentista entre 1964 e meados da década de 1980, com o início da crise do Estado brasileiro. No segundo caso, associa-se o período desenvolvimentista como estando atrelado à construção intelectual da hegemonia do pensamento industrialista cepalino, em sua estratégia de planejamento e fomento à industrialização por substituição de importações, entre outras, durante as décadas de 1940, 1950 e início dos anos 1960.

5. Em outro lugar, propomos a conceituação de uma estratégia desenvolvimentista-regionalista, como sendo a fórmula mais adequada de se compreender a formação do pensamento desenvolvimentista na Amazônia na segunda metade do século XX (ver FERNANDES, 2011).

Eis que começaremos nossa proposta de leitura sobre a história da Amazônia — “sua casa e suas raízes” — a partir de seu plano de valorização econômica no período após a Segunda Guerra Mundial. Em seguida, será apresentada a trajetória de vida de Armando Mendes e suas diferentes fases, experiências acadêmicas e profissionais. Por fim, será feita uma análise de sua obra, levando em consideração suas conexões com o debate sobre desenvolvimento da Amazônia e a questão regional brasileira, assim como fazendo uma reflexão sobre o papel intelectual de Armando Mendes como legítimo herdeiro e, ao mesmo tempo, fundador de uma nova tradição de pensamento desenvolvimentista na (e para a) Amazônia.

1. Um preâmbulo: ou o início de uma nova era de valorização econômica da Amazônia

Entre o medo da cobiça internacional e a necessidade militar estratégica de integrar a Amazônia ao Brasil, eis que surge — no período após o fim da Segunda Guerra Mundial — um anseio em “valorizá-la”. Uma região distante sobre a qual Euclides da Cunha, no início do século XX, havia construído uma imagem que se reproduziria sobre a intelectualidade brasileira como um “paraíso perdido” ou “o último grande capítulo do *Gêneses*”. Do sertanejo ao amazônida, Euclides da Cunha trazia consigo um anseio de levar a civilização, que tanto prezava, aos habitantes mais distantes do interior do Brasil.

Contra esse legado de um suposto atraso, se empenharam ao longo do século XX outros tantos intelectuais amazônidas que abraçaram a causa nacionalista da integração da região ao país — como o fizeram Arthur Cezar Ferreira Reis, Leandro Tocantins, Djalma Batista, entre outros. Região onde se enxergava em que ainda o rio parecia comandar a vida e sobre a qual, segundo os novos anseios modernizadores nacionalistas, o Estado nacional brasileiro deveria impor uma mudança de rumos em seu processo civilizatório. Nesse sentido, impunha-se como projeto nacional para a região um novo legado que se entendia fazer necessário daí em diante, e sobre o qual o resultado deveria ser, por princípio, uma inversão de valores em relação à sua cultura: de agora em diante “o homem deveria comandar o rio” e não o contrário. Esta frase foi proferida pelo presidente Getúlio Vargas durante sua visita à região, na ocasião da elaboração de seu famoso *Discurso do Rio Amazonas*, de 1940, um ideário imerso em um contexto histórico em que amadurecia uma ideologia de superação do atraso brasileiro.

É nessa conjuntura que termos como “racionalização”, “padronização” e “organização técnica” passariam a ser expressões que intelectuais do Estado Novo iriam enfatizar em seus discursos com o intuito de legitimar a importância do conhecimento técnico e científico no processo de planejamento, retórica

que versava para o Estado como ator central na definição dos rumos da nação. É em meio a esta construção ideológica que um conjunto de fatores, como a consciência do atraso, as influências do positivismo, a discussão sobre o a identidade nacional, o nacionalismo e as modificações nas estruturas econômicas e políticas do país, iriam dar espaço à emergência da ideologia desenvolvimentista (BIELSCHOWSKY, 1996; FONSECA, 2014).

Portanto, é esse contexto que torna inteligível o início de uma nova ideologia e práxis para tratar a questão regional amazônica. “Comandar e dominar a região e seus recursos naturais, a partir dos métodos e técnicas modernas de valorização econômica”: esta seria a saga e orientação estratégica embutida nos projetos de desenvolvimento nacional para a região durante toda a segunda metade do século XX. Uma estratégia que, do ponto de vista concreto, deixaria para a região muito menos do que o almejado por seus ideólogos modernizadores. “Valorizar” a Amazônia era preciso neste contexto, diziam. E com a Constituição de 1946, este projeto parece finalmente se materializar. Entra em cena uma nova imagem institucionalizada da Amazônia,⁶ uma Amazônia que carecia urgentemente de um projeto de valorização econômica após décadas de considerável estagnação econômica e social advinda com o fim do período áureo da borracha, que teve seu momento de auge e, ao mesmo tempo, início de sua decadência abrupta, o ano de 1912.

Entendia-se dessa forma que com o fim do ciclo da borracha, e a pressuposta e consequente estagnação econômica da região, seria mais do que necessário e urgente que se criasse uma nova “empresa”, ao mesmo tempo modernizadora e civilizadora na Amazônia. O resultado dessa história é conhecido. A acelerada urbanização e integração física da região ao restante do país, a expansão da pecuária, da produção madeireira, do desmatamento, da grilagem de terra, do caos fundiário etc. Do ponto de vista cultural, uma Amazônia mal compreendida, devastada, ainda distante, porém integrada ao país. Eis que aqui retornamos aos primórdios do projeto (ou utopia) de “reinvenção” da Amazônia.

2. A formação intelectual, os primeiros passos e a trajetória profissional de Armando Dias Mendes

O professor Armando Mendes inicia sua trajetória acadêmica formando-se bacharel em direito pela Faculdade Livre de Direito do Pará em 1948, três anos após o fim dos conflitos militares e da Segunda Guerra Mundial. Quase uma década mais tarde, em 1956, conclui seu curso de planejamento regional pela FGV/SPVEA, iniciando aí sua trajetória de estudos mais aprofundados sobre a economia e o planejamento do desenvolvimento da Amazônia. Durante esses oito anos que separam a sua formação em bacharel em direito e o início de sua

6. Aqui nos referimos à institucionalização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA) incluído na Constituição de 1946, e sobre a qual se previa a destinação de um volume de recursos da ordem de 3% das receitas tributárias nacionais para os seguintes vinte anos.

participação nos cursos oferecidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), via Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), poucos sabem, mas Armando Mendes teve uma forte inserção nos meios políticos paraenses. Foi vereador de Belém entre os anos de 1948 e 1951, e logo em seguida deputado estadual no Pará, entre 1951 e 1954. Em 1955, inicia o curso da FGV/SPVEA, finalizado em 1956. Neste mesmo ano se transfere para Salvador, onde assumiria o cargo de Assessor do Superintendente do Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), ficando nesta função até o ano de 1958, quando retorna à Belém.

É no período em que Armando Mendes passa em Salvador que surge o seu primeiro trabalho publicado: *Introdução ao planejamento regional brasileiro*, em dois volumes, com 211 páginas, publicado pelo IEFB em 1958. A participação de Armando Mendes na vida acadêmica paraense e amazônica se torna cada vez mais intensa após sua participação nos cursos da SPVEA em 1955-1956 e em sua volta a Belém em 1958.

É nesse primeiro trabalho que surgem suas primeiras impressões sobre as peculiaridades e dificuldades da prática do planejamento em regiões periféricas, os imperativos legais que restringiam a atividade e as restrições políticas que atrasavam sua execução. Também seria esse o momento em que uma primeira concepção geral sobre o “homem amazônico” seria expressa, a partir de uma percepção deste como um sujeito preso aos imperativos do meio que habita e alheio aos benefícios e utopias da ideologia do progresso da civilização industrial, tal como propagada pelos ideólogos do desenvolvimentismo, naquele momento histórico. Nas palavras do autor:

Os empecilhos que a Amazônia tem encontrado não são todos exteriores a ele, alguns procedem do seu próprio eu — e nem sempre ele o sabe. A tomada mesmo de consciência da miséria do homem do barranco é-lhe vedada, porque não possui o escalão de comparação: não conhece mais do que o horizonte curto de seu igarapé ou rio, e da floresta em que vive emparedado. Não encontra oportunidade de identificar sequer o que pode e o que deve reclamar, porque não conhece o que é reclamável. Não ambiciona, porque sua ambição não teria objeto. Não desespera, porque não chegou a esperar. Está conformado, porque não pôde ser informado. Este, o homem a margem dos rios. Não o das cidades, e a Amazônia tem-nas do tamanho de Belém e Manaus — cerca de 300 mil, mais de 100 mil habitantes, respectivamente (MENDES, 1958, p. 37).

Esta passagem evidencia que, para o autor, estava ausente na realidade amazônica o “efeito demonstração”, fato que concorria para manter “causação circular cumulativa” em um patamar de baixa produtividade e desenvolvimento, caso o Estado, seus intelectuais e as elites regionais não se rebelassem contra os efeitos perniciosos do atraso e da estagnação. Esta angustia pela supressão de

“direitos” do homem amazônida iria se refletir durante sua trajetória acadêmica, constituindo um dos objetivos-chave de suas obras, a incessante busca pela compreensão das vicissitudes e especificidades regionais para revelar os possíveis caminhos para a superação do subdesenvolvimento da Amazônia, colocando em evidência, nesse processo, o homem amazônico.

É interessante notar, neste ponto, que justamente no momento em que Armando Mendes aprofunda seus estudos sobre a Amazônia no curso de Planejamento da SPVEA (1955-1956), esta mesma instituição — criada em 1953 para planejar e executar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, formalmente instituído pela Constituição de 1946) — finalmente apresenta o seu primeiro Plano Plurianual (1955). Depois de quase uma década de expectativa para o início de sua implementação, o plano de Valorização Econômica da Amazônia finalmente parecia que iria ser colocado em prática neste período. Mas não foi isso que aconteceu exatamente. Após cinco anos de incertezas e dificuldades operacionais, o I Plano Plurianual da SPVEA chega finalmente em sua data limite de execução, sem nem de longe conseguir alcançar as suas metas inicialmente previstas (CAVALCANTI, 1967; MARQUES, 2007).

É nesse contexto que o professor Armando Mendes, em 1961 e 1962, é chamado para compor a Comissão de Planejamento da SPVEA e, a partir dela, elaborar uma avaliação de seu Plano Quinquenal. Este trabalho será de fundamental importância em sua trajetória ascendente como técnico cada vez mais respeitado, e ator estratégico na interlocução do governo federal em matéria do debate sobre o desenvolvimento da Amazônia.

Nesse documento consta uma reorientação metodológica a qual busca impor novos parâmetros para a avaliação do problema amazônico. Nas palavras do autor:

O propósito da sua publicação imediata é o de concorrer para despertar o pensamento nacional para os problemas amazônicos — não mais, porém, em termos folclóricos, pitorescos ou anedóticos, mas de investigação realista. Ainda quando estudos posteriores viessem, porventura, a invalidá-lo em parte substancial de suas conclusões, estaria o autor recompensado pela própria controvérsia eventualmente despertada e pela consciência formada com a sua modesta ajuda. (MENDES, 1963b, p. 163)

É durante a década de 1960, portanto, que sua atuação como professor universitário, pesquisador e gestor público se intensifica. Neste período ao mesmo tempo em que compõe a equipe da Comissão de Planejamento da SPVEA, Armando Mendes também assume a diretoria da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais do Pará, ficando à frente desta instituição entre os anos de 1961 e 1964, quando assume a presidência do Banco de Crédito da Amazônia/Banco da Amazônia (BCA/Basa), já no início do governo militar.

Como primeiro presidente do Banco de Crédito do Amazonas (BCA), assume de forma destacada a função de membro do grupo coordenado pelo então ministro do Planejamento, Roberto Campos, o qual irá elaborar as diretrizes da Operação Amazônica que viria a criar, em 1966, o Banco da Amazônia (Basa) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), extinguindo a antiga SPVEA e, com ela, o Banco de Crédito da Amazônia, ambos criados na década de 1950 no período do auge do desenvolvimentismo no Brasil (BIELSKOWSKY, 1996).⁷

Por tudo isso, e em sintonia com suas funções administrativas, a produção acadêmica de Armando Mendes se intensifica com suas primeiras publicações em artigos e relatórios de pesquisa já no início da década de 1960, com os trabalhos produzidos e publicados tanto na Revista do Centro Sócio-Econômico e do Centro de Ciências Jurídicas (da Universidade Federal do Pará), assim como nos documentos e revistas do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP), órgão da administração pública estadual criado em 1966, em pleno contexto de implantação da Operação Amazônia.⁸

Ator estratégico na equipe que participaria da elaboração da Operação Amazônia, Armando Mendes torna-se presidente do Banco de Crédito da Amazônia em 1964, ficando à frente desta instituição até o ano de 1967, quando assume a coordenação do Grupo de Assessoramento para o Planejamento da Amazônia (Gasplam), constituído pela Sudam para ajudar na preparação do Programa de Ação Imediata (PAI) nos anos de 1967-1968.

No mesmo período, Armando Mendes retorna à Universidade Federal do Pará e em 1968 assume o cargo de Pró-reitor de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento da mesma, função que o levará a cumprir um papel de extrema importância no planejamento e implementação da estratégia de pesquisa da principal instituição de ensino da região Norte do Brasil.

É importante ter claro, nesse sentido, que a experiência como gestor acadêmico na UFPA ocorre em um contexto em que a nova gestão da universidade, que assume a reitoria em 1969 sob o comando do professor Aloysio Chaves (1969-1973), tem como sua tarefa principal a implementação da Reforma Universitária de 1969. Sob sua responsabilidade, Armando Mendes lidera um movimento a favor da transformação da UFPA em um centro de pesquisa regional na (e para) Amazônia, um polo aglutinador de experiência e desenvolvimento de pesquisas voltadas para a construção de uma instituição de relevância efetiva para o desenvolvimento da região.

Foi nesse contexto que surge o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, o Naea. Podemos dizer que o Naea foi o primeiro centro de pós-graduação em economia e ciências sociais na Amazônia, sendo o professor Armando Mendes seu baluarte principal — junto com o professor José Marcelino Monteiro da Costa, que seria nomeado o primeiro diretor geral do Naea — e um dos líderes

7. Para uma análise pormenorizada do contexto de criação da SPVEA e do BCA na década de 1950, no auge do desenvolvimentismo no Brasil, ver FERNANDES (2011).

8. Do ponto de vista das ações de articulação do Idesp para o planejamento do desenvolvimento do Estado do Pará e da Amazônia, podemos destacar o papel estratégico que o mesmo viria a ter também a partir da criação do Sistema Estadual de Planejamento (SEP) institucionalizado pela Lei n. 4.583, de 24 de setembro de 1975, e regulamentado pelo Decreto n. 9.475, de 21 de janeiro de 1976. Com a criação do SEP, o Idesp passou a ficar vinculado à Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), servindo como órgão estratégico na criação da própria Seplan, da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom) e de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam). Um conjunto de institucionalidades que foram criadas como resultado da estratégia de Planejamento do Estado do Pará articulado com o movimento em nível federal que colocava em pauta a implementação do II PND, a partir de 1974.

do movimento de criação dos cursos de pós-graduação em economia no Brasil, por meio de seu envolvimento direto na criação da Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia, a Anpec. É neste sentido que podemos afirmar que a atuação profissional do professor Armando Mendes durante a década de 1950 e início da década de 1960 ainda esteve concentrada em experiências acadêmicas e técnicas de caráter embrionárias. Estas experiências o credenciariam em seguida a assumir um papel de extrema relevância na formação das instituições de ensino, pesquisa e planejamento do desenvolvimento da Amazônia, durante o período de implantação da Operação Amazônia e toda a década de 1970, no auge do milagre brasileiro e da implantação do modelo autoritário de desenvolvimento para a Amazônia.

É nesse sentido que a criação do Naea em 1972/1973 viria a ser uma das estratégias síntese da ambição da UFPA em se tornar centro de referência em estudos para o desenvolvimento da Amazônia em toda a região Norte do Brasil. E, com isso, se inserir nos debates estratégicos, e críticos, em âmbito nacional e internacional sobre as políticas de desenvolvimento para a região. Com o Naea, a UFPA alcança, pela primeira vez, um papel relevante no cenário da formação e pesquisa no campo das ciências sociais no Brasil. Essa fase da vida de Armando Mendes é dedicada à UFPA e ao destaque na elaboração de sua linha de argumentação principal a favor da compreensão da Amazônia como um problema regional brasileiro com características muito específicas, tendo em vista suas peculiaridades econômicas, sociais e ambientais.

É claro, para nós, que Armando Mendes sabia da complexidade e das dificuldades de implementação de sua proposta, e claramente não tinha dúvidas de que seria necessário um grande empreendimento político-institucional com o fim de iniciar sua empreitada. Vem daí a ideia, a nosso ver, de criar um grande centro de pesquisa avançada na Amazônia, mais especificamente na UFPA: o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, o NAEA.

Começando suas atividades em 1973, o NAEA só iniciaria seu programa de mestrado em planejamento do desenvolvimento regional/Plades alguns anos mais tarde, em 1977.⁹ Nas décadas seguintes ele continuaria como o principal centro de pesquisa sobre o desenvolvimento na Amazônia.

Como um todo, portanto, a trajetória intelectual de Armando Mendes caminha, naquele momento, segundo nossa avaliação, para uma estratégia explícita de reinvenção do projeto desenvolvimentista nacionalista para a Amazônia com todas as consequências políticas que daí derivam. O que, por fim, irá significar uma cisão estratégica de suas concepções “desenvolvimentistas” com o modelo autoritário brasileiro de desenvolvimento para a região. Modelo este que, desde o início, estava impregnado por uma visão simplificadora e preconceituosa sobre a Amazônia, e que, por isso mesmo, pouca especificidade parecia vislumbrar em termos da construção de uma estratégia de planejamento do desenvolvimento

9. O doutorado só se iniciaria em 1994, com a instalação do PDTU – Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Trópicos Úmidos.

regional em moldes realmente relevantes para a sua população — uma cisão que, no entanto, irá caminhar a passos lentos, e não de maneira abrupta, e em conformidade com o momento e as circunstâncias políticas da época.

Personagem do debate político que irá ocorrer no final da década de 1970, em um momento de crise do regime militar, Armando Mendes se torna um dos intelectuais mais destacados na elaboração de uma crítica ao projeto desenvolvimentista autoritário em curso na (para) região. Como membro destacado do debate regional e estadual paraense, em pleno processo de redemocratização do país, irá se destacar como uma voz qualificada no debate político regional e um grande líder intelectual no processo de busca pela construção de uma alternativa de projeto de desenvolvimento regional, caminho este que o irá acompanhar pelas décadas seguintes.

Ainda do ponto de vista de avaliação de suas atividades durante a década de 1970, ligadas de uma ou de outra forma a seu projeto político de “reinvenção da Amazônia”, Armando Mendes viria a se tornar assessor do ministro da Educação (1974-1978), membro do Conselho Federal de Educação (1975-1986) e secretário geral do Ministério da Educação e Cultura (MEC), no biênio 1978/1979. Em todos os casos, exercendo importante participação no debate sobre a política educacional no Brasil e na Amazônia. Isto claramente demonstra sua preocupação com os destinos e o papel estratégico na formação educacional como elemento-chave, e como um importante passo na construção de seu projeto institucional mais amplo de estabelecimento de um ambiente favorável à difusão de suas ideias.

Na década de 1980, Armando Mendes, já não mais morando em Belém desde 1974, se tornou um dos principais personagens no campo do debate sobre educação universitária e reforma no currículo básico de economia no Brasil — foi uma das principais personalidades no campo intelectual amazônico por mais de 30 anos, até seu falecimento em 2012. Durante esse período foi redator do currículo mínimo do curso de graduação em economia (1984) e membro da Comissão Coordenadora de Ciência e Tecnologia/CNPq (1984-1986), entre outras funções relacionadas à atividade institucional no campo dos órgãos ligados ao Ministério da Educação. Foi também, entre 1982 e 1984, secretário executivo da Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Economia (Anpec) — do qual o Naea foi sócio fundador —, que exerceu um papel da maior importância na difusão do ensino de pós-graduação em economia no país.

Na década de 1990, se torna também um ativo intelectual engajado no debate sobre a questão da sustentabilidade na Amazônia, se destacando como consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) junto à Secretaria de Coordenação da Amazônia/Ministério de Meio Ambiente (SCA/MMA) e na elaboração da Política Integrada para a Amazônia Legal e da agenda Amazônia 21 (1996/1997). Foi neste período também que se tornou

consultor da Unesco e responsável pela elaboração de um estudo sobre o potencial de cooperação no meio universitário regional, que inspirou a criação da Rede Universitária Amazônica (Unamaz). Foi ainda na década de 1990 e nos anos 2000, um dos precursores do movimento da Pan-amazônia: o sonho de unir todos os países amazônicos em torno do imperativo do bioma e não das fronteiras políticas.

É importante ressaltar que do ponto de vista de sua produção intelectual, Armando Mendes será responsável pela elaboração de uma importante obra que o irá acompanhar, durante todo o período das décadas de 1970, 1980, 1990 e início dos anos 2000, um momento de inflexão da maior importância, que será o debate sobre ecologia e sustentabilidade na Amazônia.

A partir da década de 1980, Armando Mendes dá prosseguimento à sua obra, com um destaque para os temas da formação universitária e o debate sobre desenvolvimento sustentável da Amazônia. Entre seus textos mais importantes desse período estão: *Ciência, universidade e crise* (1981); *O mato e o mito* (1987); *A casa e suas raízes* (1996); *A cidade transitiva* (1998); *Amazônia — modos de (o) usar* (2001) e *O economista e o ornitorrinco* (2001).

Durante todo o período em análise, para além de sua atividade acadêmica, Armando Mendes demonstrou também manter uma grande energia na busca pelo fortalecimento da profissão de economista e uma vibrante crítica intelectual aos rumos da ciência econômica e ao debate sobre a sustentabilidade e desenvolvimento, tal como ainda se mantinham presentes dentro dos principais meios acadêmicos e institucionais brasileiros.

Sempre lúcido e disposto a colocar em pauta os grandes temas de interesse da região, Armando Mendes seguiu na década de 2000 escrevendo e participando ativamente dos debates sobre economia, ecologia e desenvolvimento sustentável. Na publicação da terceira edição de *A invenção da Amazônia*, em 2006, nos apresenta em seu prefácio uma releitura de sua obra (30 anos depois), agora tratada a partir de uma nova trilogia que ele denomina: ecologia, economia e ecomenia. Afirma ele:

Ecologia, Economia, Ecomenia — há trinta anos, ainda não cunhara este precioso neologismo e trabalhava no livro com a categoria Homem. Mas era o mesmo, ou seja, no conjunto uma construção assente nas colunas da natureza e nas colunas da cultura: *A casa e suas raízes*. (MENDES, 2006, p. 18)

Uma mudança de perspectiva que desde 1974, como vimos, comandava as suas ideias no sentido de contribuir num projeto intelectual e político de reinvenção da Amazônia. Este projeto trazia consigo um forte viés crítico aos projetos desenvolvimentistas autoritários que passariam e se intensificar com a implantação dos grandes projetos, ao final da década de 1970 e início dos anos 1980.

3. Uma análise da produção intelectual de Armando Mendes: para quê e para quem uma (re)invenção da Amazônia?

Armando Mendes inicia sua produção intelectual especializada na Amazônia no início dos anos 1960 com a publicação de um conjunto de artigos e ensaios nos quais articula propostas, entre outras coisas, de implementação de uma política de incentivos fiscais tais como estavam sendo implementados pela Sudene desde o final da década de 1950.

Entre esses documentos — depois transformados em artigo na *Revista de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais*, da Universidade Federal do Pará — está um texto escrito por Armando Mendes, junto com Adriano Menezes e Camilo Duarte (datado inicialmente de 1963, e aprovado pela Comissão de Planejamento da SPVEA), chamado *Linhas de ação para a valorização econômica da Amazônia* (MENDES *et al*, 1963a), em que os mesmos apresentam, em linhas gerais, uma tentativa de fixar o que seriam as novas bases para o planejamento regional da Amazônia.

Em outro texto, Armando Mendes endossa os argumentos de Celso Furtado sobre o Nordeste, no sentido de delatar os termos de intercâmbio desfavoráveis dos estados exportadores do Norte do país em relação aos estados mais industrializados. Afirma ele:

Em termos simples e objetivos, significa isso que o homem do Pará, do Amazonas e do Acre, e os habitantes dos Territórios, em lugar de contribuírem para os erários estaduais respectivos ou o da União, pagam impostos aos tesouros de São Paulo, da Guanabara, de Minas Gerais etc. Está claro que tal esquema somente ofereceria resultados neutros se o valor dos fluxos de mercadorias fosse exatamente igual nos dois sentidos. Mas, onde se instala a desigualdade, os seus efeitos são sempre em favor das áreas exportadoras — o que é uma nova forma, intranacional, do que Gunnar Myrdal chamou de “causação circular acumulativa” do Estado de subdesenvolvimento. (MENDES, 1963b, p. 169).

O texto explora temas considerados à época como primordiais: a demografia, os termos de intercâmbio e o papel do crédito. No entanto, nos interessa aqui observar a avaliação que o mesmo traz em relação à política de valorização implantada pela SPVEA.

No tópico chamado *A experiência da valorização*, Mendes nos apresenta uma lista de resultados positivos e negativos em relação às ações da SPVEA em seus anos iniciais. Do ponto de vista positivo, ressalta: a nova frota do S.N.A.P.P.,¹⁰ a fábrica de cimento de Capanema, as novas usinas de energia elétrica de Manaus, Belém e São Luiz, e grande parte da BR-14 (Belém-Brasília). Do ponto de vista negativo, ressalta: a Papelamazon e a indústria de pescado de Maracanã. Em geral, no entanto, o que busca ressaltar no documento é o fato

10. Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará, entidade instituída pelo Decreto-Lei n. 2.154, de 27 de abril de 1940, sendo a nova responsável pelos serviços de navegação da *Amazon River Steam Navigation*.

da SPVEA ter surgido exatamente em um momento de diminuição relativa da renda regional amazônica em relação à renda nacional. Segundo Mendes, uma recuperação na participação da renda nacional em relação à Amazônia havia se dado exatamente após a implantação da SPVEA. O que é preciso ressaltar neste sentido é o fato da maior participação na renda e dos gastos governamentais terem se concentrado sobre os gastos de consumo e não investimentos, o que, segundo o documento, fez com que a renda gerada se convertesse em importações, aumentando a dependência externa da economia amazônica em relação ao consumo de bens industrial de outras regiões do país.

Finaliza o texto da seguinte forma:

Uma Nova Política de Valorização da Amazônia precisa ser definida. Recuperando largas faixas do espírito e da letra da Lei n. 1806 e da Concepção Preliminar da Valorização adotada de início, a sua principal tarefa será mobilizar em favor da região instrumentos legais já existentes, criar outros, ou simplesmente estender ao Extremo-Norte incentivos concedidos com exclusividade ao Nordeste. (MENDES, 1963b, p. 185)

O foco da reforma institucional do NPVA, para Armando Mendes, seria uma estratégia que combinasse uma extensão de favores fiscais, já concedidos à Sudene, também para a região Norte e um maior respaldo e reforço do papel das organizações de caráter técnico em detrimento das interferências políticas e partidárias sobre o processo da execução orçamentária. Do ponto de vista dos objetivos estratégicos, a nova proposta visa:

I - igualar o acesso da Amazônia aos serviços sociais e de infraestrutura, não apenas em termos de disponibilidade reais, como de custos de aquisição (p. ex. tarifas de energia, fretes etc.).

II - preservar para a Amazônia o monopólio dos produtos que nela encontram melhores condições de produção (borracha, pimenta, juta etc.).

III - assegurar a retenção da renda gerada na Amazônia.

IV - conceder-lhe exclusividade para implantação de novas fábricas destinadas a transformar industrialmente os seus produtos primários, sempre que constituírem indústrias cuja localização for orientada pela matéria-prima ou pela mão de obra, ou mesmo pelo mercado consumidor quando compostas de unidades divisíveis até às dimensões do mercado regional e de sua periferia.

V - concentrar recursos nas áreas e nas atividades de maior rentabilidade social por unidade de capital empregada. (Mendes, 1963b, p. 185)

É inspirado, portanto, nos debates de Celso Furtado sobre o Nordeste e o enfoque sobre a questão regional amazônica e a dinâmica do processo de substituição regional de importações que Armando Mendes inicia suas reflexões sobre o desenvolvimento da Amazônia entre o final dos anos 1950 e início dos anos 1960.

Alguns anos mais tarde, no início da década de 1970, no entanto, uma mudança de enfoque teórico já parece evidente. Para ele, a Amazônia neste novo contexto já é vista como uma região complexa e diversa, onde diferentes espaços sub-regionais são diagnosticados. Por isso, se torna relevante para Armando Mendes, neste contexto, uma reflexão a respeito da necessidade de construção de um programa de desenvolvimento que considerasse a diversidade regional interna à Amazônia — a qual, segundo o autor, deveria ser pensada e planejada com base em diferentes sub-regiões, para além do problema da questão regional amazônica vista como um espaço regional homogêneo e mitológico.

O que implicaria em uma estratégia que: por um lado fosse transformada em uma grande estratégia nacional-regional; e, por outro, pudesse funcionar a partir de um olhar diverso onde os diferentes focos de atuação política e programática pudessem levar em consideração essa heterogeneidade na formação de diferentes espaços sub-regionais nela contidos (MENDES, 1971).¹¹ Como afirma no seguinte trecho:

Existe, portanto, a nosso ver, problemas bem distintos que caracterizam diferentes espaços dentro do espaço amazônico total, ensejando a necessidade de formular políticas e programas substancialmente diversos. A Amazônia não é apenas uma economia dual, como definidas as áreas subdesenvolvidas. É múltipla, é plural, porque compreende desde o vazio absoluto até problema já mais ou menos sofisticado do desenvolvimento urbano. (MENDES, 1971, p. 130)

Nesse ponto, Armando Mendes destaca e faz referência indireta às abordagens estruturalistas e desenvolvimentistas bastante discutidas no período. Estas abordagens buscavam compreender em grande parte as características estruturais dos países subdesenvolvidos como sendo constituídas por uma condição de dualidade básica: com um lado moderno e outro atrasado compondo uma unidade estrutural considerada como típica dos países subdesenvolvidos — uma realidade constituída a partir de uma perspectiva histórica em que se compreendia que as formações econômicas e sociais destes países os haviam conformado como espaços econômicos e sociais heterogêneos. Uma abordagem que avança na interpretação da especificidade histórica dos países subdesenvolvidos, mas sobre a qual Armando Mendes irá em parte nesse momento procurar ir além, ao defender a existência de uma diversidade ainda mais ampla no caso da Amazônia.

11. Para ele, na estratégia de planejamento do desenvolvimento da Amazônia deveria ser elaborado um conjunto de políticas e programas com o objetivo de fortalecer uma perspectiva diversa de atuação do Estado como agente dinamizador da região. Para isso, diferentes estratégias deveriam ser seguidas: a de desenvolvimento, para as subáreas que já apresentam significação econômica e econômica bastante elevada; a de ocupação, para os espaços vazios; a de integração, para conectar os primeiros com os segundos espaços, dentro da própria Amazônia, e destas com o resto do mundo; e a de revelação, para identificar, localizar e dimensionar as reais potencialidades da área.

Mais do que apresentando uma realidade dual, a Amazônia parecia já naquele contexto, para Armando Mendes, apresentar uma realidade múltipla e plural, muito mais complexa, com espaços vazios e urbanizados compondo os dois lados extremos de uma diversidade e pluralidade típica do espaço regional: um verdadeiro desafio para o planejamento das políticas de desenvolvimento regional.

Período áureo de sua atuação profissional como economista, pesquisador e, fundamentalmente, agente de transformação do ambiente intelectual e de formação de instituições de pesquisa sobre o desenvolvimento da região, os anos 1970 foram, neste sentido, marcados também por um desencantamento pessoal e profissional de Armando Mendes com a perspectiva política de desenvolvimento e ocupação que a nação impunha à região. Em geral, suas obras da década de 1970 refletem claramente esse momento.

Dessa forma, sua obra desse período irá transitar entre três pontos principais, quais sejam: primeiramente, o debate sobre a especificidade da dimensão continental da Amazônia e sua diversidade; em segundo lugar, e apesar do primeiro, sobre uma avaliação de sua viabilidade econômica e social; e, por último, sobre a necessidade de sua (re)invenção, assim como da explicitação e aprimoramento dos instrumentos efetivos que seriam necessários para tal empreitada.

Será nesse contexto de efervescência de novas ideias que suas primeiras obras de circulação em livros¹² ganharam relevância no debate teórico e político sobre a Amazônia. Uma obra sólida e cada vez mais diferenciada em relação ao debate tradicional que se fazia até então em relação ao Nordeste. E aqui uma cisão mais nítida com a perspectiva economicista tradicional do governo militar e de acadêmicos desenvolvimentistas de outrora se mostra de maneira mais evidente em sua obra. Será exatamente neste contexto de mudança de perspectiva sobre o processo de construção de uma interpretação sobre a especificidade dos problemas da Amazônia que, alguns anos mais tarde, surge *A invenção da Amazônia*, livro publicado pela primeira vez em 1974, e que deixa muito claro esse momento de cisão entre as suas perspectivas teóricas e a visão “desenvolvimentista” mais tradicional e influente entre o *staff* burocrático do governo militar.

A história do contexto de como o livro foi escrito e publicado, neste sentido, ajuda a explicitar melhor essa cisão. Segundo Armando Mendes (2006), a motivação principal da obra foi um estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) para compor uma contribuição da região para orientar a elaboração do II PND. A ideia, como afirma o autor principal da obra, seria “oferecer alguns subsídios que venham a se revelar úteis na compreensão do que chamamos de enigma amazônico e de como situá-lo nos prospectos de desenvolvimento econômico e social brasileiro para o próximo quinquênio” (MENDES, 2006, p. 90).

No entanto, os passos seguintes evidenciam uma cisão entre essas suas

12. Seu primeiro livro publicado chamava-se *Estradas para o desenvolvimento*, publicado pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (Idesp) em 1971. Não por acaso, Armando Mendes inicia sua série de publicações em livros, com uma obra que trata das estradas e seu papel no desenvolvimento da região. No total, foram dez publicações ao longo de sua carreira.

ideias e os planos do governo militar para a região. Após a rejeição do documento por meio de um parecer anônimo do Ipea — que na ocasião considerou o texto demasiado “teórico”, segundo palavras do próprio Armando Mendes em depoimento no prefácio —, o texto é finalmente publicado na íntegra pela UFPA em 1974.¹³ Daí em diante, parece claro um afastamento político de Armando Mendes em relação aos estrategistas principais do projeto econômico de desenvolvimento da Amazônia por parte do governo federal.

Nessa obra, que pode ser considerada como a mais importante e conhecida de sua carreira, o professor Armando Mendes propõe uma “invenção” que, como dito anteriormente, representaria em verdade uma “reinvenção”. Segundo ele a Amazônia já havia sido inventada e pré-concebida de diversas formas: como “paraíso” ou “inferno verde”, mas sempre por um olhar alienígena — como ele gostava de dizer —, de fora para dentro da região. E não como deveria ser: de dentro para fora.

A Amazônia, nesse trabalho, é tratada como um enigma a ser decifrado em três faces: a de uma *individualidade regional*; a de uma *função nacional*; e a de uma *filosofia social*. Demonstra a necessidade de uma (re)invenção a ser feita por atores sociais presentes na região. O “homem” da Amazônia, neste contexto, surge como sujeito e não como objeto da intervenção governamental.

Contra uma Amazônia vista como um meio para o desenvolvimento do país, ele vê e insiste na necessidade de cuidá-la como um *habitat*, a ser preservado em serviço do próprio homem da região. Discute a viabilidade econômica da Amazônia para o país e busca projetá-la para o futuro a partir de uma “utopia” que busca semear os alicerces de um novo projeto de desenvolvimento: o que ele chama de “Projeto Amazônia”. Este projeto representaria, segundo suas próprias palavras, “um conjunto de procedimentos de natureza econômica, social, política institucional e suas instrumentações, capazes de conduzirem àquela Invenção, isto é, à construção de uma Nova Amazônia” (MENDES, 2006, p. 100). Uma utopia, portanto, que se alimenta de um desejo de semear um projeto de desenvolvimento alternativo aquele vigente à época, e que, por isso, se transverte de projeto de crítica e, ao mesmo tempo, construção de um modelo alternativo de desenvolvimento regional.

Nesse ponto, no que diz respeito ao momento da ciência econômica e aos desafios que são colocadas pela eminência da questão da preservação ambiental e com os debates que se seguiram à conferência de Estocolmo em 1972, Armando Mendes inicia também uma longa transição no caminho da reflexão sobre o papel do ecossistema amazônico e a forma como o mesmo deveria ser levado em consideração quando da montagem de uma agenda de desenvolvimento de outro tipo para a região. Um desenvolvimento não “desenvolvimentista”, se quiserem. Algo próximo ao que nos anos 1990 ficará conhecido como Agenda 21 ou uma política de desenvolvimento sustentável.

13. Após sua primeira publicação, o livro “A invenção da Amazônia” viria a ser reeditado mais duas vezes: uma em 1997 e outra em 2006.

Durante todo esse período, que vai da década de 1970 aos anos 1990, Armando Mendes passou a se envolver ativamente no debate sobre ecologia e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Propunha que seria necessária uma mudança de perspectiva em relação à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável na região. Costumava citar o padre Antônio Vieira, que dizia: “difícil empresa, mas importantíssima. Quando os remédios não tem bastante eficácia para curar a enfermidade, é necessário curar os remédios”. Com isso, queria nos alertar sobre a necessidade de elaboração, ou reinvenção, de um novo “remédio” para curar a nossa “doença” mais resistente: o subdesenvolvimento. Propunha assim uma reformulação do papel da ciência econômica como campo de discussão voltado para o debate sobre o desenvolvimento do homem amazônico. Defendia uma maior integração ou mediação entre as questões da economia e da ecologia, ao que passaria a dar o nome de “ecomia”, ou o estudo do meio ambiente habitado. Afirma ele em 1996:

O desafio situa-se nesse terreno fronteiro, entre o desenvolvimento da riqueza do homem e o desenvolvimento do próprio homem. Dado que tem a ver com o futuro da sociedade humana é um desafio ecumênico, macropolítico e ético. Não é um problema ecológico puro, porque se trata de agir sobre um meio ambiente habitado. Nem é um problema econômico puro, porque a economia supõe uma ecologia equilibrada. (MENDES, 1996, p. 52)

Por esse ponto de vista, não seria nem a economia, nem a ecologia, capaz de resolver, sozinha, como disciplina, o problema do desenvolvimento sustentável da Amazônia. Para isso, seria necessário a implementação de uma estratégia muito mais ousada. Uma volta às origens se fazia eminente e necessário neste contexto. Para isso, tínhamos que voltar, segundo ele, a considerar a economia como os gregos a consideravam, como o estudo do *oikos* (*casa*), por onde o *habitat* do homem deveria ser pensado e preservado tendo em vista o próprio desenvolvimento ético da humanidade. Ou seja, considerando o ambiente como um meio habitado, e não como um objeto ou um fim ecológico fechado em si mesmo.

Os Jardins da casa devem ser mantidos. Digamos as florestas tropicais úmidas. Elas são indispensáveis ao bem-estar de todos os moradores da casa. Então todos devem contribuir. O que não podem é impedir que os pobres retirem delas o seu sustento, ou condená-los a sobreviver da mera extração dos frutos do horto natural satisfazendo a parte de suas necessidades naturais, mas sem acesso aos bens culturais, guardados ciosamente nas outras divisões do *oikos*. Muito menos podem os poderosos excluir do jardim comum os fracos, a pretexto de conservar o horto, convertido em santuário. Podia até ser um afã ecológico, ou econômico. Mas seria antiecumênico, i.e. anti-humano, logo, imoral. (MENDES, 1996, p. 55)

Com esse projeto, Armando Mendes retoma uma antiga discussão sobre as diferenças entre “economia”, “ecologia” e “crematística”, tal como estas palavras eram entendidas em sua origem pelos gregos. Pretendia, com isso, resgatar o sentido da ciência econômica como a ciência da “casa”, “suas raízes” e suas potencialidades voltadas para o desejo de preservação da espécie humana. Uma ciência a qual supostamente deveria abrigar, do ponto de vista ético e moral, o homem em seu objetivo de preservar a si mesmo em sua relação de envolvimento com o meio ambiente em que vive. Um estudo sobre as condições de possibilidade históricas de desenvolvimento do homem em harmonia com seu meio; e, portanto, com possibilidades de preservação de sua própria casa, raízes históricas e culturais.

4. Considerações finais

E eis que finalmente chegamos aos dias de hoje, sempre alerta para as possibilidades de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para a Amazônia. Nada mais ou menos atual, ou relevante, neste sentido, do que rever a própria vida e a obra de Armando Dias Mendes, para nos inspirar em tão difícil empreitada. Um semeador “insistencialista”, como gostava de se definir. Um verdadeiro mestre na arte de se reinventar tendo em vista o objetivo maior da construção de um projeto, ou de uma utopia, “desenvolvimentista”. Um projeto, no entanto, que não cansava de se renovar, e que tinha como seu eixo central a busca pela valorização do homem da Amazônia. Mais do que a ânsia por crescimento econômico ou aumento nos padrões de consumo, o bem-estar de sua população no sentido mais nobre do termo: este era o projeto ou invenção sobre a qual o mesmo não cansava de insistir.

Uma utopia que no fundo se mantém embebida de um ideal “desenvolvimentista”, nos termos e na forma como a chamada geração dos “boêmios cívicos” (LIMA, 2013) entenderia esse conceito (FONSECA, 2014). Diante dessas características “desenvolvimentistas” que não negam o uso, mas rejeitam o abuso do ambiente amazônico, podemos compreender as ideias de Armando Mendes como tendo o papel fundamental de estruturar uma nova agenda “desenvolvimentista” agora fundada na busca pelo casamento entre as necessidades de desenvolvimento humano e a preservação do *habitat* natural amazônico, e que busca concretizar, em última instância, o protagonismo dos agentes regionais, como a voz que se manifesta diante das aspirações nacionais de superação do subdesenvolvimento, sem descuidar dos riscos da busca pelo crescimento a qualquer custo.

Vimos o quanto tem a ver com isso tudo a estratégia institucional que levou a criação do Naea, na década de 1970, assim como sua longa e rica

agenda de pesquisa, militância e atuação profissional em torno da causa amazônica. Uma utopia que se concretiza, em parte, na medida em que inaugura uma nova tradição intelectual, e que, com isso, cria as bases e fundamentos eurísticos que permitem a continuação de seu projeto intelectual. Dando ares de perpetuação, senão a realização plena de seus objetivos, pelo menos a possibilidade de continuarmos sonhando os seus sonhos.

§

Referências bibliográficas

- BIELSCHOWSKY, R. *O pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- CAVALCANTI, M. B. *Da spvea à Sudam: 1964-1967*. Belém: Sudam, 1967.
- COSTA, F. A. *Ecologismo e questão agrária na Amazônia*. Belém: Sepeq/Naea, 1992.
- FERNANDES, D. A. *A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia*. Tese (doutorado) — Naea, 2011.
- FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, A. B.; BIANCARELLI, A. M.; CINTRA, M. A. M. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: Ipea, 2014.
- LIMA, M. C. *Os boêmios cívicos. A assessoria econômica-política de Vargas (1951-1954)*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2013.
- MARQUES, G. S. *Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira*. Tese (doutorado) — UFRJ, 2007.
- MENDES, A. D. *Introdução ao planejamento regional brasileiro*, vol. 1. Salvador: Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1958.
- _____. MENEZES, A. V. C.; DUARTE, C. S. M. Linhas de ação para a valorização econômica da Amazônia. In: *Revista de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais*. Belém, 1 (1), p. 15-44, abr, 1963a.
- _____. Uma nova política de valorização da Amazônia. In: *Revista de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais*. Belém, 1 (2), p. 147-156, out, 1963b.
- _____. [1974] *A invenção da Amazônia: alinhavos para uma história de futuro*. 3ª ed. Belém: Banco da Amazônia, 2006.
- _____. Os investimentos privados e a política financeira do governo. In: *Problemática da Amazônia*. Biblioteca do Exército: publicação 415, vol. 90, 1971.
- _____. *A casa e suas raízes: ensaios sobre ecologia, economia e "ecoménia"*. Belém: Cejup, 1996.

Recebido em 29/05/2015

e aceito em 15/06/2015.